ENQUADRAMENTO LEGAL DO DIREITO DE ASILO

Constança Urbano de Sousa
Ordem dos Advogados, 19 de
outubro de 2015

Plano

I. Notas prévias: Direito de Imigração v. Direito de Asilo; Asilo, proteção subsidiária e proteção temporária; Reinstalação v. Recolocação

II. Enquadramento legal – Fontes do “Direito de Asilo”

- Direito Internacional Público
- Direito da União Europeia
- Direito nacional

Imigração (em sentido amplo)

- Ato de entrar num País estrangeiro para nele permanecer de forma duradoura
- Tipologia
 - económica
 - familiar
 - por razões humanitárias
 - Asilo
 - Proteção de refugiados (Convenção de Genebra de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados + Protocolo Adicional de NY de 1967)
 - Proteção subsidiária
 - Proteção temporária

Imigração v. Asilo

- Imigração (sentido estrito): ato de entrar num país estrangeiro para nele permanecer de forma duradoura, assente numa opção voluntária motivada por considerações de ordem económica, social ou familiar.
- Asilo: *“a protecção que o Estado concede no seu território, ou em outro local dependente de algum dos seus órgãos, a um indivíduo que a veio procurar* (Instituto de Direito Internacional)

Imigrante v. refugiado

- Imigrante: saída do seu País assenta num ato voluntário motivado por razões de ordem económica ou familiar ou outra
- Refugiado: é forçado a emigrar, representando o asilo para ele uma forma elementar de proteção dos seus Direitos e Liberdades Fundamentais.
 - Art. 14 DUDH: Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e beneficiar de asilo em outros países.

Formas de proteção internacional

- Asilo: proteção que um Estado dá aos refugiados, às pessoas perseguidas.
- Proteção subsidiária: proteção conferida por um Estado a um estrangeiro que, sem ser juridicamente um refugiado, se encontra carecido de proteção internacional, pois é oriundo de um país em guerra civil ou onde existe uma situação de violência generalizada ou ainda de violação sistemática dos direitos humanos.
- Proteção temporária: proteção concedida durante um período de tempo determinada a uma categoria genérica de beneficiários (deslocados) em caso de afluxo maciço de pessoas, que fogem de uma situação de conflito armado ou violação sistemática de direitos humanos.

Recolocação v. reinstalação

- Recolocação: mecanismo que permite a transferência de requerentes de proteção internacional (asilo ou proteção subsidiária) do Estado Membro da UE que é responsável pela análise do pedido para outro Estado-Membro que aceite tornar-se responsável por esse pedido.
- Reinstalação: mecanismo através do qual os Estados acolhem, a pedido do ACNUR, refugiados especialmente vulneráveis, que se encontram num país de primeiro asilo.

Enquadramento Legal: DIP

- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)
 - Art. 14.º (1): Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
 - Art. 13.º (2): Direito de abandonar o país onde se encontra
 - Art. 5.º: Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- Convenção de Genebra de 1951 sobre o estatuto dos refugiados (tal como alterada pelo Protocolo de Nova Iorque de 1967).
 - Conceito de refugiado
 - Estatuto jurídico
 - Art. 33 (1): princípio do non refoulement: Nenhum Estado expulsa ou repele um refugiado para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas.
- Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950)
 - Artigo 3.º: Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes.
 - Princípio do non refoulement

Direito de Asilo no Direito da União Europeia- Direito Primário

- Art. 6.º do TUE: Respeito pelos Direitos Fundamentais tal como consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, na CEDH e nas tradições constitucionais dos EM
- Artigo 78.º, n.º 1 TFUE: “A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir o princípio da não repulsão.”
- Artigo 18.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE:
- Artigo 19.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE
 - 1) Proibição de expulsões colectivas
 - 2) Non refoulement: “ Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes”

Direito da UE – Direito Secundário (seleção dos principais instrumentos)

- Diretiva 2001/55/CE, de 20 de julho: normas mínimas em matéria de **proteção temporária** no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas e medidas para assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos EM com essa proteção.
- Diretiva 2011/95/UE, de 13 de dezembro: normas relativas às **condições a preencher** pelos nacionais de países terceiros ou apátridas **para poderem beneficiar de proteção internacional** e a um **estatuto jurídico** uniforme dos refugiados e beneficiários de proteção subsidiária.
- Diretiva 2013/32/UE, de 26 de junho: **procedimento** de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional (reconhecimento do estatuto de refugiado e proteção subsidiária).
- Diretiva 2013/33/UE, de 26 de junho: normas em matéria de **acolhimento de requerentes de proteção internacional** (reconhecimento do estatuto de refugiado e proteção subsidiária)

Direito da UE – Direito Secundário

(seleção dos principais instrumentos)

- Regulamento (UE) n.º 604/2013, de 26 de junho: critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional (Regulamento de Dublin)
- Regulamento (UE) n.º 603/2013, de 26 de junho: criação do sistema “Eurodac” de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013.
- Decisão (UE) 2015/1523, de 14 de setembro e Decisão (UE) 2015/1601, de 22 de setembro: recolocação de requerentes de proteção internacional que se encontrem na Itália e na Grécia.

Direito Português

- Artigo 33.º (8) CRP: direito ao asilo político como direito, liberdade e garantia
- Lei do Asilo (Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, tal como alterada pela Lei 26/2014, de 8 de maio)
 - Art. 3.º (1): Direito de Asilo dos refugiados políticos (na aceção da CRP)
 - Artigo 3.º (2) Direito de Asilo dos refugiados na aceção da Convenção de Genebra
 - Art. 7 (1): Direito à proteção subsidiária dos demais estrangeiros que estão impedidos/impossibilitados de regressar ao seu país por aí se verificar uma sistemática violação de direitos humanos ou por correrem risco de ofensa grave (pena de morte, tortura, tratamento desumano ou degradante, ameaça contra a vida ou integridade física resultante de conflito armado ou violação generalizada e indiscriminada de direitos humanos)
- Lei 67/2003, de 23 de Agosto (proteção temporária)